



**CENTRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO
LUCY MONTORO - SANTOS**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**EXERCÍCIO
DE
2022**

ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 16

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(em Reais)

ATIVO	Notas	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	455.623,23	312.731,25
Adiantamento de Fornecedores		312.271,87	19,31
Adiantamentos a Empregados	5	20.648,19	24.470,23
Estoques	6	69.826,05	74.197,21
Despesas Antecipadas	7	5.643,39	4.755,87
		864.012,73	416.173,87
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	353.560,55	7.036,04
		353.560,55	7.036,04
TOTAL DO ATIVO		1.217.573,28	423.209,91
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		204.521,88	104.928,52
Obrigações Trabalhistas		2.900,04	-
Obrigações Sociais e Fiscais	9	70.013,81	70.754,15
Provisões para Férias e Encargos	10	343.987,96	327.849,19
		621.423,69	503.531,86
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Recursos Governamentais a Realizar		473.979,24	-
Bens Públicos em nosso poder	11	353.560,55	7.036,04
		827.539,79	7.036,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		(87.357,99)	154.490,13
Superávit/Déficit do Exercício		(144.032,21)	(241.848,12)
		(231.390,20)	(87.357,99)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.217.573,28	423.209,91

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(em Reais)

	Notas	2022	2021
RECEITAS LÍQUIDAS	12	5.758.475,49	5.897.152,59
Contrato de Gestão e Convênios	13	6.060.000,00	5.900.509,40
Realização de Bens Públicos em nosso poder		16.748,49	1.578,52
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(318.273,00)	(4.935,33)
CUSTOS		(5.883.796,13)	(5.964.246,09)
Pessoal e Reflexos	15	(4.035.254,79)	(3.920.107,79)
Serviços Terceirizados	16	(1.150.425,75)	(1.351.380,89)
Medicamentos e Materiais de Consumo	17	(698.115,59)	(692.757,41)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	22	(829.521,25)	(841.210,02)
(-) Isenção da CPP Usufruída	22	829.521,25	841.210,02
(=) RESULTADO BRUTO		(125.320,64)	(67.093,50)
DESPESAS		(184.463,73)	(166.161,78)
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.872,77)	(5.566,83)
Despesas Gerais	18	(180.590,96)	(160.594,95)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		117.207,36	758,29
Outras Receitas		117.207,36	758,29
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		(192.577,01)	(232.496,99)
RESULTADO FINANCEIRO	14	48.544,80	(9.351,13)
Receitas Financeiras		52.098,60	10.452,78
Despesas Financeiras		(3.553,80)	(19.803,91)
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(144.032,21)	241.848,12

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	265.537,49	(146.155,13)	119.382,36
Incorporação do Superávit/Déficit	265.537,49	(265.537,49)	-	-
Transferências Patrimoniais	35.107,77	-	-	35.107,77
Incorporação de Dotação Inicial	(146.155,13)	-	146.155,13	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(241.848,12)	-	(241.848,12)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	154.490,13	(241.848,12)	-	(87.357,99)
Incorporação do Superávit/Déficit	(241.848,12)	241.848,12	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	-	-
Incorporação de Dotação Inicial	-	-	-	-
Déficit do Exercício	-	(144.032,21)	-	(144.032,21)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(87.357,99)	(144.032,21)	-	(231.390,20)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)**

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Déficit) do Exercício	(144.032,21)	(241.848,12)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	(312.252,56)	(19,31)
Adiantamentos a Empregados	3.822,04	(8.042,61)
Estoques	4.371,16	53.718,07
Despesas Antecipadas	(887,52)	3.836,07
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	99.593,36	89.751,35
Obrigações Trabalhistas	2.900,04	-
Obrigações Sociais e Fiscais	(740,34)	22.639,94
Provisões para Férias e Encargos	16.138,77	47.823,33
Recursos Governamentais a Realizar	473.979,24	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	142.891,98	(32.141,28)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(318.273,00)	(4.935,33)
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento	(318.273,00)	(4.935,33)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	318.273,00	4.935,33
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	35.107,77
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento	318.273,00	40.043,10
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	142.891,98	2.966,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	312.731,25	309.764,76
Disponibilidades no Final do Exercício	455.623,23	312.731,25
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	142.891,98	2.966,49

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo SES-PRC-2020/43093 firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 04 de novembro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Centro de Medicina de Reabilitação Lucy Montoro - Santos** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão terá início na data de sua assinatura, sendo o encerramento em 22/04/2024.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R\$ 19.144.860,00.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis "CPC 48/IFRS Instrumentos Financeiros" e "CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes" não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.

- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos;
 - Veículos: 5 anos.

3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
FUNDO FIXO DE CAIXA		
Fundo Fixo de Caixa	500,00	381,56
BANCOS – CONTA MOVIMENTO		
Banco do Brasil S.A.	-	1.000,00
BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
Banco do Brasil S.A.	455.123,23	311.349,69
	455.623,23	312.731,25

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2022	2021
Adiantamentos de Férias	20.648,19	24.470,23
	20.648,19	24.470,23

6. ESTOQUES

	2022	2021
Nutrição Enteral	384,00	-
Material de Laboratório e Reagentes	-	1.018,08
Drogas e Medicamentos	771,71	1.113,03
Material Médico Hospitalar	8.909,91	12.353,75
Órteses e Próteses	35.073,72	31.575,20
Material de Expediente e Escritório	4.342,46	11.605,61
Material de Manutenção	-	230,99
Material de Informática	462,00	-
Material de Limpeza	9.466,72	7.488,03
Materiais de EPI	754,81	1.174,02
Material Cirúrgico	143,00	-
Gêneros Alimentícios	4.004,54	2.799,36
Utensílios de Copa	452,72	-
Material Impresso	4.124,35	-
Peças e Acessórios	366,05	-
Uniformes e Rouparias	-	4.165,50
Material Permanente	527,22	-
Utensílios Diversos	33,60	673,64
Tecidos, Aviamentos e Armarinhos	9,24	-
	69.826,05	74.197,21

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	2022	2021
Prêmios de Seguros a Vencer	5.643,39	4.755,87
	5.643,39	4.755,87

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2022	2021
Instalações	10%	206.000,00	-
Equipamento de Uso Médico	10%	156.222,55	749,55
Equipamentos de Informática	20%	7.991,87	7.991,87
Móveis e Utensílios	10%	1.800,00	-
(-) Depreciação Acumulada		(18.453,87)	(1.705,38)
		353.560,55	7.036,04

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Governo Estadual.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2022	2021
INSS sobre Salários a Recolher	11.686,53	19.248,92
FGTS a Recolher	31.169,60	29.058,75
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	-	25,00
IRRF sobre Salários a Recolher	23.589,79	18.859,92
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	635,68	623,44
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.997,06	1.959,59
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	935,15	978,53
	70.013,81	70.754,15

10. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2022	2021
Provisão para Férias	318.547,65	303.614,28
Provisão para FGTS sobre Férias	25.440,31	24.234,91
	343.987,96	327.849,19

11. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 353.560,55 em 2022 e R\$ 7.036,04 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

12. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

13. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 2020/43093	2022	2021
Janeiro	505.000,00	455.830,00
Fevereiro	505.000,00	455.830,00
Março	505.000,00	455.830,00
Abril	505.000,00	455.830,00
Maio	505.000,00	455.830,00
Junho	505.000,00	455.830,00
Julho	505.000,00	455.830,00
Agosto	505.000,00	455.830,00
Setembro	505.000,00	455.830,00
Outubro	505.000,00	455.830,00
Novembro	505.000,00	455.830,00
Dezembro	505.000,00	886.379,40
	6.060.000,00	5.900.509,40

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	51.990,15	9.649,95
Descontos Obtidos	108,45	802,83
(-) Tarifas Bancárias	(83,78)	(691,98)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(0,01)	-
(-) IOF	(3.460,61)	(15.530,61)
(-) Juros e Multa s/ impostos	(9,40)	(1.383,14)
(-) Perda na alienação de bens	-	(2.198,18)
	48.544,80	(9.351,13)

15. PESSOAL E REFLEXOS

	2022	2021
Ordenados e Adicionais	2.579.149,26	2.459.134,16
13º Salários	236.693,15	238.199,14
Férias	324.706,86	350.323,76
Indenizações e Avisos Prévios	78.817,16	50.024,16
Benefícios	554.869,15	576.900,75
Contribuições ao FGTS	261.019,21	245.525,82
	4.035.254,79	3.920.107,79

16. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2022	2021
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	744.867,25	716.898,00
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	405.558,50	634.482,89
	1.150.425,75	1.351.380,89

17. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	585.879,84	569.562,76
Materiais de Consumo	83.338,01	71.756,73
Materiais de Conservação	17.947,34	22.062,03
Outros Materiais e Insumos	10.950,40	29.375,89
	698.115,59	692.757,41

18. DESPESAS GERAIS

	2022	2021
Contas de Consumo	135.846,25	137.957,51
Aluguéis de Equipamentos	11.039,10	14.130,03
Administrativas	434,65	2.201,40
Bens Não Imobilizado	6.808,97	-
Outras Despesas Gerais	26.461,99	6.306,01
	180.590,96	160.594,95

19. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

21. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**.

22. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 829.521,25 e no ano de 2021 foi de R\$ 841.210,02 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2022	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(829.521,25)	(841.210,02)
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	829.521,25	841.210,02
	0,00	0,00

23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

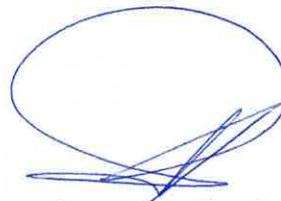
COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Santos (SP), 31 de dezembro de 2022.



Andrea Buri de Souza Precioso
Gerente Administrativa



Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3